



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
MIRANDA DO DOURO

SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006

ACTA N.º 5/2006

Por convocatória do 1º Secretário datada de 6 de Dezembro de 2006, reuniu, a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, na Casa da Cultura Mirandesa, pelas 09.30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. INFORMAÇÕES;
2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
3. APROVAÇÃO DA ACTA DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2006;
4. INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS;
5. APRECIÇÃO SEMESTRAL DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA MIRANDA CULTURAL E RURAL, E.M.;
6. RATIFICAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2006 DA MIRANDA CULTURAL E RURAL, E.M.;
7. ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO 2007;
8. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA.

Usou da palavra o 1º Secretário – Dr. Belmiro Gonçalves, por ainda não ter chegado o Sr. Presidente da Mesa, declarando aberta a sessão eram 09.50 horas. Iniciando a sua intervenção por justificar o atraso do Sr. Presidente da Mesa, tendo chegado às 10.50 h. -----

Não estiveram presentes os Srs.: Luís José Fernandes Gonçalves Viana, José Abílio Gonçalves, José Manuel Geraldês e Domingos Augusto Ruano. -----

1 – INFORMAÇÕES: -----

Pela mesa foi colocada a votação a inserção de mais um ponto na Ordem de trabalhos –
4.A. Classificação da Casa da Quinta em Malhadas como Imóvel de Interesse Municipal, o que foi aceite por unanimidade. -----

De seguida deu conhecimento das informações que haviam chegado após o envio da convocatória. Foram distribuídas cópias pelos presentes. -----

2 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes membros: -----

José Augusto Ramos: Solicitou melhor sinalização do Concelho sobretudo para a estrada Sendim - Cruz das Antas, Teixeira/Mora. Falou da necessidade de colocação de barras de protecção na curva do “Cabreiro”, na estrada Teixeira/Mora, pela perigosidade da mesma. Mencionou a falta de eficiência por parte da EDP, uma vez que Palaçoulo esteve sem energia eléctrica por um longo período, tendo ele próprio comunicado à referida empresa atempadamente e insistentemente o corte. -----

Francisco Afonso Fidalgo: Questionou o Presidente da Câmara, para quando a ligação dos saneamentos da Granja e qual o destino a dar á escola do 1º ciclo. Referindo-se ao Turismo Regional diz haver necessidade de uma maior divulgação da nossa terra e da nossa cultura,



através dos órgãos de comunicação, podendo mesmo convidar José Hermano Saraiva para essa divulgação. -----

Carlos Ferreira: Referindo-se ao atraso na Revisão do PDM, diz ser urgente a sua execução e questiona se o atraso se deve á falta de Fotografia Aérea. -----

Em relação ao Pólo da UTAD, diz ser o pilar fundamental para o desenvolvimento do concelho, mas que lamentavelmente se prevê o seu encerramento para o final do ano lectivo, e que não foi tomada qualquer posição por parte da Câmara Municipal no sentido de o evitar. -----

Nascimento Afonso: Começou por desejar boas festas a todos os presentes. -----

Saudou a deputada Carla Rodrigues que acaba de apresentar o seu Doutoramento na Universidade de Salamanca. -----

De seguida falou no Centro de reconhecimento, Validação e Certificação de Competências: “Na informação sumária – que o Sr. Presidente presta a esta Assembleia – li, com agrado, no seu ponto 42, que – no âmbito do CRVCC, já há 162 candidatos inscritos, dos quais 74 já iniciaram o processo de reconhecimento e validação de competências. Este facto ofereceu-me a oportunidade de fazer convosco a seguinte reflexão: -----

As fragilidades estruturais do nosso país – nomeadamente a situação da qualificação escolar e profissional da população portuguesa - estão certamente na origem dos CRVCC. -----

De acordo com os dados 1991, 77% da população portuguesa – há 15 anos atrás – não possuía a escolaridade de 9 anos. -----

Cinco anos depois, um inquérito do INE, de 1996, apontava para cerca de 62% da população activa com níveis de educação igual ou inferior a 6 anos de escolaridade. -----

Se não forem tomadas medidas de elevação dos níveis educativos, prevê-se que em 2015, a população activa portuguesa – com formação igual ou superior a 9 anos de escolaridade – não atingirá os 40%. -----

Esta situação será obviamente grave para os cidadãos, mas também para a sociedade portuguesa, em termos de afirmação cultural e económica, cidadania activa e coesão social. -----

Tendo por fundo este panorama, o Ministério da Educação, através da Direcção Geral de Formação Vocacional, concebeu um sistema nacional de reconhecimento, validação e certificação de competências – adquiridas pelas pessoas adultas em vários contextos da vida - implementado, para isso, Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, cuja articulação conduza à construção gradual de uma rede Nacional desses Centros. -----

Os Centros surgem a partir de entidades públicas e privadas, com forte enraizamento local, que são para o efeito, acreditadas pelo Sistema Nacional de Acreditação de Entidades da Direcção Geral de Formação Vocacional. -----

Entre 2000 e 2003, os 56 centros existentes em Portugal, certificaram cerca de 11.500 pessoas. Todas elas tinham abandonado o ensino antes de concluírem a escolaridade obrigatória; e a maior parte delas tinha realizado um percurso, ao longo da vida, que lhes permitiu adquirir competências, posteriormente avaliadas por um júri. -----

Até 2006, o Governo quer criar uma Rede Nacional de 84 Centros – a serem desenvolvidos por entidades publicas e privadas devidamente acreditadas – através dos quais se pretende das atendimento a 250.000 adultos a certificar 50.000. -----

O Reconhecimento e validação de competências dirige-se, entre outros: -----

1. A quem abandonou precocemente a escola; -----
2. A quem não conseguiu completar a escolaridade no período normal; -----
3. A quem não obteve certificação de escolaridade obrigatória a que o seu grupo etário estava obrigado. -----

A primeira fase do processo de validação das competências consiste numa avaliação prévia das competências do candidato em cada uma das áreas a avaliar, ou seja: -----

1. Linguagem e Comunicação; -----
2. Cidadania e empregabilidade; -----
3. Tecnologias da Informação e da Comunicação; -----
4. Matemática para a vida. -----

Tudo isto é feito através da elaboração de um dossier do percurso pessoal e profissional, no final do qual se faz a apreciação global do trabalho efectuado e onde é comunicado se o candidato reúne ou não as condições para avançar para a segunda fase. -----

Na 2ª etapa, o candidato prossegue a elaboração do dossier pessoal, agora de forma mais intensiva, com o acompanhamento dos técnicos que vão sugerindo a realização de trabalhos complementares que ajudem a enriquecer o processo, e dos formadores que passam a desempenhar um papel mais activo. -----

Acima de tudo, a função dos formadores é dar aos candidatos instrumentos para que construam eles próprios o seu saber, isto é, o seu dossier onde evidenciem as competências adquiridas ao longo do seu percurso pessoal e profissional. -----

O Dossier resultante de todo este trabalho é entregue aos formadores que o avaliam previamente, preparando, com o candidato, a ultima sessão. Então, nessa sessão de avaliação, é apresentado o dossier final que faz a interligação da história da vida pessoal e profissional com as quatro áreas de competências que já referimos, evidenciando, assim, as competências do formando. -----

Desta forma simples, os CRVCC dão oportunidade a todos os seus candidatos – jovens com mais de 18 anos, e adultos – de obterem um certificado com equivalência ao 4º, 6º e 9º anos de escolaridade, emitido pelo Ministério da Educação: -----

No futuro – e nos mesmos moldes – pretende-se a certificação equivalente ao 12º ano. ----

A maioria dos candidatos que frequenta estes Centros situa-se nas casa dos 30-40, em situação de desemprego ou com pretensão a progredir na carreira. -----

Aparecem igualmente pessoas mais jovens que não tiveram oportunidade de concluir a escolaridade obrigatória e pessoas mais velhas cujo objectivo é, essencialmente, a satisfação pessoal de ver reconhecido o seu percurso pessoal e profissional. -----

Uma parte significativa é enviada pelos Centros de Emprego porque são pessoas que pretendem adquirir formação e não têm habilitações ao nível do 9º ano para o fazer. -----

Já uma vez aqui o dissemos e voltamos a repeti-lo. Em boa hora a CMMD – aliás como tantas outras Autarquias por esse país fora – abriu as portas e acolheu esta importantíssima iniciativa do Ministério da Educação. -----

E não se arrependa! Antes pelo contrário, a Câmara ofereça e disponibilize todo o apoio que puder a este Centro. Hoje, a elevação do nível educacional e cultural da nossa terra passa por aqui. -----

Ousaria até dizer que esta iniciativa foi pensada para a interioridade. É um facto, feito por medida, para a interioridade. -----

Por isso, ousa a perguntar: - A informação sobre estes centros, a sua finalidade e o seu funcionamento chegou a todas as pessoas hipoteticamente interessadas, quer da cidade, quer das restantes povoações do Concelho? Qual a proveniências dos 162 candidatos inscritos? Se as razões o justificarem, já se pensou em levar as equipas formadoras directamente aos núcleos de interessados ou proporcionar a estes a deslocação ao Centro? -----

Cabe-nos a todos – em especial aos responsáveis autárquicos – divulgar e rentabilizar, ao máximo, esta iniciativa, por forma a que o nível de conhecimentos básicos, de preparação científica, cultural, social e cívica cresça na nossa terra, para satisfação pessoal das nossas gentes, para promoção do Município e para o esbatimento das assimetrias regionais”. -----

Vereador Ilídio Rodrigues: Prestou mais alguns esclarecimentos sobre os CRVCC, nomeadamente que estão abertas as inscrições para além do 4º, 6º e 9º ano, também o 12º ano de escolaridade, podendo as mesmas serem feitas na Câmaras Municipais ou no Centro de Emprego e Formação Profissional de Bragança, solicitando aos senhores Presidentes das Juntas a sua divulgação. -----

Vereador António Carção: Prestou mais alguns esclarecimentos sobre o assunto, informando ainda que as escolas também se podem candidatar e passar certificados. -----

José Raimundo Preto: Congratula-se pela classificação da Barragem de Picote como Património Nacional. Questionou o Presidente da Câmara da situação em que se encontra os postos de venda de produtos regionais. Falou da necessidade de melhorar a sinalização das estradas e do abandono em que estão as casas da EDP. Disse ainda aguardar resposta sobre a toponímia para Picote. -----

Manuel Curralo: Solicita ao executivo que seja retirada a placa informativa colocada na EN 221 no sentido Sendim/Miranda, junto ao cruzamento de Picote, onde refere Castro de Picote, uma vez que o referido Castro se situa na Freguesia de Vila Chã. Mais disse que em substituição seja colocada outra com a designação Castro da Cigadunha como é conhecido, e pede aos dois presidentes da Junta para unirem esforços no sentido de darem uma maior divulgação quer ao Castro, outras edificações, quer á paisagem de beleza incomparável que existem nesse local. -----

Belmiro Gonçalves: Iniciou a sua intervenção desejando boas festas aos presentes. Diz que o ano de 2006 foi o ano de desertificação do Nordeste e alerta o Executivo para encetar diligências no sentido de inverter esta situação. Referindo-se á Saúde, diz não concordar com o encerramento do Serviço de Urgência em Miranda, ficando com alternativa Mogadouro e alerta o Presidente da Câmara para tomar medidas no sentido de salvaguardar a continuação da Assistência Medica no Concelho. Disse ainda que este concelho tem um património cultural riquíssimo e pede à Câmara Municipal um esforço na divulgação do mesmo com roteiros turísticos. -----

Manuel Joaquim Fernandes: Solicitou ao executivo o apoio na reconstrução do muro que caiu junto á Igrejas de Vila Chã. Questionou ainda o Presidente da Câmara, para quando o inicio da tão prometida rua das Pereiras. -----

Alberto Raposo: Disse que o Presidente da Câmara não deve ser questionado neste ponto, uma vez que o Regimento não prevê intervenções do Executivo, destinando-se apenas a questões políticas. Referiu-se á velocidade excessiva dos veículos nas ruas da Povia, e que algo deveria ser feito para o impedir. Teceu algumas críticas ao encontro venatório que é feito todos os anos na altura da Feira dos Sabores. Criticou as obras nas ruas da Póvoa, dizendo que foi mais o aparato que a obra. -----

Francisco Rodrigues: Pede mais e melhor sinalização das estradas do concelho. Questionou o Presidente da Câmara da resposta das entidades sobre a intenção de encerrar o pólo da UTAD. -----

José Augusto Raposo: Referiu-se á necessidade de reparação do caminho da lagoa grande. Diz concordar com as obras de requalificação do Rio Fresno, mas que a poluição a montante continua, chegando as águas conspurcadas ás presas. Chamou a atenção da necessidade

de obras na ETAR de Malhadas, uma vez que a mesma está com funcionamento deficiente. Sobre o possível encerramento do Pólo da UTAD, diz que tem de ser tomadas todas as medidas possíveis para evitar o seu encerramento, mencionando se necessário for em manifestações passivas. -----

Duarte Lima: Referindo-se ao Pólo da UTAD, disse ser um problema complexo e que todos os deputados por Bragança têm manifestado essa preocupação. Que a questão está a ser estudada, mas que passa também pelo auxílio financeiro de entidades locais. -----

Getúlio Pires: Diz aguardar resposta em relação ao PDM e a retirada do trânsito na Rua Rainha D. Catarina. Referindo-se às estradas do concelho, diz ter a melhor rede viária do Distrito, necessitando as mesmas apenas de limpeza de bermas e drenagens. -----

Presidente da Câmara: Respondeu sucintamente às questões que lhe foram colocadas. --

3 – APROVAÇÃO DA ACTA DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2006; -----

Jacinto dos Santos Afonso: Solicitou que fosse corrigida a acta na parte das faltas, onde mencionado o seu nome, bem como a sua intenção de voto nos pontos 6 e 7. -----

Carla Rodrigues: Solicitou a correcção da acta no que se refere á sua intervenção. -----

Posta a votação a acta da sessão anterior, foi aprovada por maioria com duas abstenções, com a condicionante das alterações solicitadas. -----

3.A – CLASSIFICAÇÃO DA CASA DA QUINTA EM MALHADAS COMO IMOVEL DE INTERESSE MUNICIPAL; -----

Não havendo quaisquer intervenções, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

4. INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS;

Nascimento Afonso: Propôs que integrasse a Comissão, um elemento da bancada do PS, indicando a deputada Carla Rodrigues. -----

Foram então propostos a votação os seguintes elementos: -----

Belmiro Augusto Gonçalves
Carla Sandra Vaz Rodrigues
Maria de Fátima Ramos Pires
Abílio Domingues Pires Barril

Aprovado por unanimidade. -----

5. APRECIACÃO SEMESTRAL DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA MIRANDA CULTURAL E RURAL, E.M.; -----

Pelo Vereador Américo Tomé foram apresentados os pontos 5 e 6 por estarem interligados. -----

Alberto Raposo: Refere-se às despesas como a água, a luz, o telefone, também os camiões, que não são contabilizadas. -----

Deu os parabéns ao Eng.º Tomé e ao Dr. António Pimentel, pela forma como têm gerido o Matadouro. Que há uma boa imagem e que está a funcionar. -----

Alfredo Calmeirão: Disse concordar com as palavras do deputado Alberto Raposo. Questionou a Câmara se há intenção de nos próximos tempos activarem as restantes rubricas. ----

Carlos Ferreira: Disse que a empresa se distanciou dos objectivos iniciais, pois deixa de ser rural e cultural, para ser só industrial. -----

Questionou ainda a Câmara se o novo Matadouro ainda seria viável. -----

Nascimento Afonso: “A apreciação que eu faço de ambos os Relatórios da Empresa Municipal *Miranda Rural*, que nos são presentes – quer do relatório sobre a situação económica e financeira relativo ao 1º semestre de 2006, quer do relatório do orçamento para o mesmo ano – é o resultado duma leitura atenta dos mesmos.-----

Os argumentos apresentados nos referidos Relatórios – e que eu fui aceitando, á medida que os ia conhecendo – levaram-me, no entanto, a distanciar das conclusões dos mesmos, a meu ver, demasiadamente optimistas. De facto: -----

1. Convém relembrar o que já sabemos – como, aliás, muito bem faz o Relatório do orçamento para 2006 – ou seja, que a empresa Municipal *Miranda Rural* tem como objectivo principal: -----

a) *A prestação de serviços públicos culturais e a organização de eventos;*-----

b) *O desenvolvimento de actividades lúdicas e de ocupação de tempos livres;*-----

c) *A promoção do turismo local;*-----

d) *A promoção e realização de actividades de âmbito artesanal;*-----

e) *A promoção de raças autóctones;*-----

f) *A promoção do desenvolvimento agrário;*-----

g) *O apoio á actividade cinegética;*-----

h) *A gestão de uma unidade de abate e comercialização de carne.*-----

2. Ora, durante o período em apreciação de que os Relatórios nos falam, a Empresa Municipal exerceu unicamente a actividade prevista na última destas alíneas, isto é, a gestão do Matadouro Municipal.-----

3. Com efeito – em 2005 e no 1º semestre do ano que agora finda – a actividade da Empresa circunscreveu-se à gestão operacional, económica e financeira do complexo de abate de gado, anteriormente sob a alçada do Município. (lê-se no Relatório sobre a situação económica e financeira da Empresa). -----

A este propósito, o mesmo Relatório refere ainda o que, mais uma vez, ou seja cito, todos os bens corpóreos afectos ao funcionamento do matadouro são propriedade da Autarquia, bem como o Matadouro propriamente dito.-----

Lê-se ainda no citado Relatório que o requerimento da Empresa resultante do desgaste dos bens com a qual a mesma opera será feito a expensas do proprietário do proprietário do complexo, isto é, acrescentamos nós, da Câmara Municipal. -----

4. Assim sendo, diria que estamos perante uma Empresa vazia de conteúdo, uma Empresa fantasma, uma Empresa virtual – aliás como tantas Empresas Municipais criadas por essas autarquias fora. Uma empresa sem grau de autonomia; em tudo dependente da Câmara e alimentada por esta através do cordão umbilical. -----

Ora uma Empresa sem iniciativa – que apenas se limita a gerir o património que recebeu – tem os dias contados. Perguntamos: -----

1 Em que serve uma Empresa assim os interesses dos mirandeses? -----



2 Para quando a vontade e a iniciativa desta Empresa Municipal na activação das restantes alíneas que fazem parte integrante do seu objectivo principal? -----

5. Mas – antes de terminar e voltando ao Relatório sobre a situação económica e financeira da Empresa – refere o mesmo que “o volume de actividade subiu ligeiramente do 1º semestre de 2005 para o 1º semestre de 2006”. -----

No mesmo período de tempo, os custos subiram 18.447,02 € e os proveitos apenas 7.637,30 €. -----

Conclui o Relatório afirmando que *a actividade da Empresa se apresenta razoavelmente equilibrada*. Porém, acrescenta, logo a seguir, que há necessidade de subir ligeiramente o valor dos proveitos. -----

Então, em que é que ficamos?” -----

O Vereador Américo Tomé respondeu ás questões apresentadas. -----

Posta a votação a apreciação, foi apreciada favoravelmente por maioria com 5 abstenções. -----

6 – RATIFICAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2006 DA MIRANDA CULTURAL E RURAL, EM; -----

Posto a votação, foi aprovado por maioria com 5 abstenções. -----

Foi ainda deliberado por unanimidade aprovar este ponto em minuta. -----

7 – ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2007; -----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes elementos: -----

Carlos Ferreira, fazendo a sua intervenção em Mirandês disse: “You bou a botar contra, i bou a botar contra porquei? -----

- Este ourçamiento ye de 20.000.000€, tanto cumo l de l anho passado i parece-me mui claro. La grande prioridade deste ourçamiento ye l social – 75%. Todos nós sabemos que l social ye bastissimo i andrento podemos meter todo l que quesirmos. Solo num sabemos na que cousas cuncretas se materializan estas prioridades sociales. -----

Ls 25% restantes son para gastar cul pessoal, cun obras e cun todo l tipo de funcionamento de la Câmara. -----

Cumo sabeis na todas las cousas tem que dar “l dien cul don” i aqui neste ourçamiento esto nun acuntece. Se mirarmos pa l Plano de Atibidades num bemos ambestimentos que ban a ser feitos na área social: nien jardins d’anfancia, nien scuolas, nien lares de 3ª idade. -----

Portanto este ourçamiento, nun apunta ambestimientos estruturantes pa l cunceilho. Todas las obras, parece que yá stan feitas, l grande problema ye que inda stan por pagar. -----

Trata-se portanto dun Ourçamiento de mera geston i nun ourçamiento destes you solo puodo botar contra. -----

Nascimento Afonso: “ - Em síntese, o orçamento para 2007 prevê um total de receitas no valor de 20 milhões de euros – sendo 9 milhões de receitas correntes e 11 milhões de receitas de capital – e, claro está, para as coisas baterem certas, prevê o mesmo valor nas despesas – sendo as despesas correntes na ordem dos 8 milhões de euros e as de capital acima dos 11 milhões de euros. -----

- Ainda bem que o texto de apresentação da Proposta de Plano e Orçamento para 2007 nos adverte tratar-se de um documento de previsão da actividade do Município. -----



- Recordo que, há dois anos – aquando da apresentação da Proposta de Orçamento para 2005 – esses valores eram substancialmente mais elevados: 22 milhões e meio de euros.-----

- Recordo igualmente que a oposição apelidou de megalómana e irrealista aquela proposta. Mais tarde – quando da apresentação da Conta de Gerência – veio a verificar-se que, afinal, a oposição tinha razão. -----

- A Proposta de Plano e Orçamento, apresentada, há um ano atrás, para 2006, referia justamente os mesmos valores que a presente, ou seja, 20 milhões de euros de receitas e o mesmo valor de despesas. -----

- Recordo também que, há um ano atrás, esta oposição teceu críticas homólogas às do ano anterior, embora – em minha opinião – mais mitigadas.-----

Esperamos que – lá para o mês de Abril, quando a Conta de Gerência for apreciada – mais uma vez a razão esteja do nosso lado. -----

- A meu ver, a presente proposta mantém ainda previsões exageradas, tendo em conta a taxa de execução que se tem vindo a verificar em anos passados. Todavia, é de louvar a tentativa de aproximação dos valores previstos à realidade. -----

- Acrescentarei ainda que, a meu ver, o orçamento do Município vive em dependência exagerada das transferências provenientes quer do Estado, quer dos Fundos Comunitários. -----

- O Executivo faz bem em manter e, se possível, aumentar essas fontes de financiamento dos erários da Câmara. Porém, deverá utilizar estratégias semelhantes para aumentar as receitas próprias. 25% parece-me exíguo. -----

- Parece-me bem que a grande opção do Plano seja na área social, que é como quem diz: educação, saúde, segurança social, habitação e cultura. -----

Vi, em pormenor, o Plano Municipal de Actividades, nomeadamente na área da cultura. --

Prevê o Executivo investir nos Serviços Culturais, Recreativos e de Lazer 470 mil euros, se a esta parcela retirarmos os 221 mil euros – que o Executivo prevê investir em actividades desportivas, recreativas e de lazer – então a Cultura fica com 249.500.00 euros. -----

Deste valor, apenas 77.500,00 euros serão utilizados directamente na divulgação da cultura mirandesa.-----

(Festival de Sabores – 51.500,00 euros). -----

E eu não diria apenas cultura mirandesa, mas Língua e Cultura mirandesa. -----

São, de facto, a língua e a cultura da nossa terra o nosso carácter distintivo.-----

É preciso conservar, enriquecer e divulgar aquilo que é exclusivamente nosso, que nos distingue dos outros, que nos torna diferentes, ou seja, a nossa língua, as nossas tradições... “la nuossa alma i la nuossa tierra”! -----

É aí que está a nossa identidade! -----

É aí que é preciso investir com força! -----

José Augusto Ramos: “Exmº. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Membros desta Assembleia e Senhora Secretária Avelina. -----

- O Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos é um documento técnico, onde constam as previsões e intenções do executivo, para o ano de 2007.-----

- O método de elaboração do Orçamento, como não podia deixar de ser, teve como base a avaliação das receitas e das despesas, de modo que a previsão se aproxime da realidade, com o maior grau de fiabilidade, levando em conta os encargos assumidos, e não pagos, bem como a receita solicitada e não arrecadada, nomeadamente os fundos comunitários.-----

- A elaboração do Orçamento, também teve em consideração, a capacidade de financiamento da autarquia e as dotações afectas a cada uma das funções-objectivo ou finalidades comuns, às mesmas actividades.-----

- O Orçamento da despesa tem como princípio fundamental, a afectação de recursos à criação de infra-estruturas e ao desenvolvimento de actividades para satisfação de necessidades da população do concelho.-----

- O Orçamento demonstra que houve por parte do executivo, a preocupação de continuar a aproveitar o mais possível os fundos comunitários e nacionais, o que correspondem a 6 965 000,00 €, ou seja, 35% das receitas deste Orçamento, o que é uma fatia muito razoável. É uma medida política inteligente, que vem sendo seguida pelo executivo do Município. -----

- O executivo prevê investir em Despesas de Capital 11 804 145,44 €, ou seja, 59% do Orçamento. -----

- Outra preocupação do executivo, é do controlo da dívida autárquica do Município. Para o Ano de 2007, as previsões apontam que as operações vão ter o custo de 595 938,53 €.-----

- É um orçamento com características semelhantes a orçamentos de anos anteriores, com linhas bem definidas, voltadas para o desenvolvimento do concelho. -----

- O Plano Plurianual de Investimentos, contempla as Funções Sociais com 8 868 500,00€, ou seja 80,6%, onde se destacam: Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza 3 482 000,00 €, Ordenamento do Território 3 083 500,00 € e Cultura 1 181 500,00.-----

Em relação ao Ordenamento do Território, espero que a revisão do PDM, seja efectuada. ----

- Em minha opinião, é um orçamento equilibrado, está bem elaborado, onde se prevê medidas de contenção, pois receitas correntes no valor de 804 145,44 €, vão financiar despesas de capital. -----

- Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, considerando a Freguesia de Palaçoulo possuir gente dinâmica e empreendedora, vocacionada para a criação de postos de trabalho para o desenvolvimento da mesma, do concelho e do distrito e, devido ao Estatuto Social da Freguesia, julgo que merecia ser mais contemplada por este Orçamento. No entanto, devido a alternativas que podem surgir no Orçamento, fico na expectativa.-----

- Também espero que o executivo do Município, obtenha as condições necessárias para que no final do ano de 2007, os valores de execução se aproximem o mais possível dos valores orçamentados neste Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos”.-----

Jacinto dos Santos Afonso: Após um ano de participação nesta Assembleia, confesso que esta experiência me tem desapontado, a cada Sessão, vinha com a ideia que aqui se produzia a evolução positiva do **futuro** do nosso Município, num intercâmbio permanente de Ideias, Propostas e análise de Projectos; -----

Tenho constatado, que trabalhamos mais voltados para o **passado**, salvo raras excepções, vamos dando a estas Sessões um mero ar de entretenimento, onde vão aparecendo elogios ou críticas, ao Executivo sobre trabalhos já realizados ou em curso, entre outros assuntos que na minha humilde opinião poderiam ser tratados no dia-a-dia, numa abordagem directa ao Executivo da Câmara Municipal; -----

Enquanto o essencial, os temas para um debate sério, sereno e construtivo, não aparecem, sob proposta dos Deputados desta Assembleia, nem no Plano de Actividades e Orçamento hoje em análise.-----

Ao contrário do que acontecia num passado recente, estamos hoje a levar lições, em todas as principais linhas de orientação, dos concelhos circunvizinhos. -----

Enquanto deputados, parece-me interessante uma reflexão, sobre o que produzimos ao longo do ano, o que evoluímos em temas como, Indústria, Agricultura e Comércio, estes que são, os reais geradores de recursos.-----

Sobre o Executivo não me parece admissível, que as obras estruturantes que surgem se apresentem desenquadradas, por falta de debates prévios e concertados, algo que vem claramente reflectido no Plano ora presente para análise e provável aprovação, na incompreensível disparidade, entre os bens visíveis 73,6% na vertente social ao lado de 14,1% na vertente

económica, peca também, pela ausência de um plano de recuperação financeira de médio longo prazo.-----

Pelo que contará com a minha abstenção. -----

Manuel Nascimento Ferreira: Falou da necessidade urgente da criação do parque industrial em Sendim. Diz que embora entenda a dificuldade financeira, espera um maior apoio da Câmara Municipal para a sua freguesia. -----

Belmiro Gonçalves: Diz que o Orçamento é sempre uma previsão e por isso pode sofrer rectificações. Concorde com o mesmo, que está bem elaborado de acordo com as condições do POCAL. Que é obrigatório que se coloquem as obras feitas e não pagas. Disse ainda que a dívida não aumentou e que se pode chamar um orçamento "0".-----

O Presidente da Câmara respondeu e esclareceu as questões que lhe foram colocadas. –

Posto a votação, foi aprovado por maioria com seis abstenções um voto contra do deputado Carlos Ferreira. -----

Foi ainda deliberado por unanimidade aprovar este ponto em minuta. -----

8 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO SR.PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes elementos: -----

Carlos Ferreira: Chama a atenção do executivo para a necessidade de reparação dos caminhos rurais, danificados pelas intempéries. Solicitou um maior apoio às Juntas de Freguesia.

Alfredo Cameirão: Diz que os pontos estão repetidos nas várias informações. -----
Questiona o Presidente da Câmara o porquê do ar condicionado necessitar de uma vala. –
Solicita o melhoramento da estrada de Silva. -----

José Raimundo Preto – Pede ao Presidente da Câmara a reparação da rua da Renal em Picote. -----

O Presidente da Câmara respondeu ás questões que lhe foram colocadas. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão eram 13.30 horas. -----

O Presidente: _____

Os Secretários: _____